

INSTITUTO CIDADES SUSTENTÁVEIS

Relatório do auditor independente

Demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2023

INSTITUTO CIDADES SUSTENTÁVEIS

**Demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2023**

Conteúdo

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis

Balancos patrimoniais

Demonstrações do resultado

Demonstrações do resultado abrangente

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Demonstrações dos fluxos de caixa - método indireto

Notas explicativas da Administração sobre as demonstrações contábeis

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos
Aos Diretores, Conselheiros e Instituidores do
Instituto Cidades Sustentáveis
São Paulo - SP

Opinião sobre as demonstrações contábeis

Examinamos as demonstrações contábeis do **Instituto Cidades Sustentáveis** (“Entidade”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do **Instituto Cidades Sustentáveis** em 31 de dezembro de 2023, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às pequenas e médias empresas e às entidades sem finalidade de lucro.

Base para opinião sobre as demonstrações contábeis

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidade do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação ao **Instituto Cidades Sustentáveis**, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (“CFC”) e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidade da Administração pelas demonstrações contábeis

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessário para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorções relevantes, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a Administração pretenda liquidar o **Instituto Cidades Sustentáveis** ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela Administração da Entidade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidade do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos do **Instituto Cidades Sustentáveis**;
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração;
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza significativa em relação a eventos ou circunstâncias que possa causar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional do **Instituto Cidades Sustentáveis**;
- Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar o **Instituto Cidades Sustentáveis** a não mais se manter em continuidade operacional;
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 15 de maio de 2024.

INSTITUTO CIDADES SUSTENTÁVEIS

Balanços patrimoniais
Em 31 de dezembro de 2023 e 2022
(Em Reais)

Ativo				Passivo e patrimônio líquido			
	Nota explicativa	2023	2022		Nota explicativa	2023	2022
Circulante				Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	3	2.813.726	5.232.284	Fornecedores		66.460	132.014
Adiantamento aos funcionários		31.006	25.001	Obrigações sociais	6	43.037	34.247
Despesa antecipada		8.061	109	Obrigações tributárias	7	24.166	24.807
		2.852.792	5.257.394	Salários a pagar		70.775	66.535
				Adiantamentos de projetos	8	1.958.571	2.514.900
						2.163.009	2.772.503
Não circulante				Patrimônio líquido			
Créditos e valores		59.868	59.868	Patrimônio social	9	2.728.275	2.728.275
Imobilizado	4	101.824	132.072	Superávit ou déficit do exercício		(1.860.765)	(34.939)
Intangível	5	16.034	16.504			867.510	2.693.336
		117.858	208.445				
Total do ativo				Total do passivo e patrimônio líquido			
		3.030.519	5.465.839			3.030.519	5.465.839
As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.							

INSTITUTO CIDADES SUSTENTÁVEIS

Demonstrações do resultado

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Em Reais)

	Nota explicativa	2023	2022
Receitas operacionais			
Instituto Arapyau		-	550.000
Open Society		941.409	988.182
Doações de pessoas jurídicas		417.000	210.872
Instituto Clima e Sociedade		-	60.000
Fundação Ford		-	26.299
União Europeia		203.432	-
Receita com gratuidade	11	7.748	5.683
GEF		1.216.172	3.848.237
Van Leer		-	518.774
Fundação Tide Setubal		-	49.338
WRI Brasil		-	-
Receita Prestação de Serviços		1.200	30.000
		2.786.961	6.287.384
Deduções da Receita Bruta			
ISS		(60)	(600)
(Despesas) operacionais			
Pessoal		(982.029)	(1.252.835)
Administrativas		(3.667.973)	(5.147.621)
Comunicação/Site		(139.176)	(103.091)
Publicações		(27.140)	-
Despesas com imóvel e depreciações		(264.767)	(228.841)
Tributárias		(145.191)	(141.175)
Despesa com gratuidade	11	(7.748)	(5.683)
		(5.234.023)	(6.879.245)
Resultado do exercício antes do resultado financeiro financeiro		(2.447.122)	(592.461)
Resultado financeiro, líquido		466.469	562.611
Outros Resultados Operacionais		154.828	(5.090)
Superávit (Déficit) do exercício		(1.825.826)	(34.939)

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

INSTITUTO CIDADES SUSTENTÁVEIS

Demonstrações do resultado abrangente
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022
(Em Reais)

	2023	2022
Superávit (Déficit) do exercício	(1.825.826)	(34.939)
Total do resultado abrangente do exercício	(1.825.826)	(34.939)
As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.		

INSTITUTO CIDADES SUSTENTÁVEIS

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido
(Em Reais)

	Patrimônio social	Superávit ou déficit do exercício	Total do patrimônio líquido
Saldo em 31 de dezembro de 2021	2.728.275	-	2.728.275
Déficit do exercício	-	(34.939)	(34.939)
Transferência para o patrimônio social			-
Saldo em 31 de dezembro de 2022	2.728.275	(34.939)	2.693.336
Déficit do exercício	-	(1.825.826)	(1.825.826)
Transferência para o patrimônio social			-
Saldo em 31 de dezembro de 2023	2.728.275	(1.860.765)	867.510
As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.			

INSTITUTO CIDADES SUSTENTÁVEIS

Demonstrações dos fluxos de caixa

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Em Reais)

	2023	2022
Atividades operacionais		
Superávit (Déficit) do exercício	(1.825.826)	(34.939)
Depreciação e amortização	34.734	37.416
Superávit (Déficit) ajustado	(1.791.092)	2.477
(Aumento)/redução de ativos:		
Adiantamento aos funcionários	(6.005)	(5.311)
Despesa antecipada	(7.952)	4.095
Aumento/(redução) de passivos:		
Fornecedores	(65.553)	(57.882)
Obrigações sociais	8.790	(38.045)
Obrigações tributárias	(641)	(17.133)
Salários a pagar	4.240	(41.043)
Adiantamentos de projetos	(556.329)	1.121.649
Caixa líquido gerado/(consumido) nas atividades operacionais	(2.414.544)	968.805
Atividades de investimento		
Aquisição de imobilizado e intangível	(6.398)	(12.036)
Devolução imobilizado	2.385	-
Caixa líquido consumido nas atividades de investimento	(4.013)	(12.036)
(Redução)/aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa	(2.418.558)	956.769
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	5.232.284	4.275.515
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	2.813.726	5.232.284
(Redução)/aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa	(2.418.558)	956.769

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

1. Contexto operacional

Instituto Cidades Sustentáveis (“ICS”, “Instituto” ou “Entidade”) é uma associação sem fins econômicos, e duração por tempo indeterminado, com sede e foro na Alameda Santos, 1787, conjunto 91 no bairro de Cerqueira César na Cidade de São Paulo, estado de São Paulo, cuja principal missão é mobilizar, sensibilizar e comprometer a sociedade e os governos locais para o desenvolvimento justo e sustentável das cidades, fundamentado pelo combate às desigualdades, pela promoção dos direitos humanos, pela participação social, bem como pelo respeito ao meio ambiente e pela transparência.

Com duas principais iniciativas, o Programa Cidades Sustentáveis e a Rede Nossa São Paulo, o ICS busca melhorar a qualidade de vidas das pessoas a partir do combate às desigualdades, da promoção dos direitos humanos, da participação social, da transparência e da defesa do meio ambiente.

Desde 2007, investindo esforços para melhorar a qualidade de vida das pessoas, o ICS alinha suas ações às agendas globais de desenvolvimento sustentável, como os 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), anunciados pela ONU em 2015. Em sintonia com esse processo de alargamento de horizontes, em 2019 o Instituto São Paulo Sustentável se tornou o Instituto Cidades Sustentáveis. O novo nome reflete o reposicionamento da organização e seu desejo de ampliar sua atuação nas cidades do país, estabelecendo pontes entre temas municipais, nacionais e globais.

O ICS possui desde 2007 o reconhecimento de Organização da Sociedade Civil de Interesse Público (“OSCIP”) pelo Ministério da Justiça.

O ICS é reconhecido como Entidade Promotora de Direitos Humanos pela Secretaria da Justiça e da Defesa da Cidadania e o certificado atual tem validade até 07 de outubro de 2022.

O Instituto é isento do recolhimento do Imposto sobre Transmissão “Causa Mortis” e Doação de Quaisquer Bens ou Direitos. A renovação desta isenção é feita anualmente.

As duas iniciativas abordam o tema dos direitos humanos de maneira transversal em todas suas atividades. O Instituto entende que apesar do Brasil ser signatário de vários compromissos com os Direitos Humanos é no dia-a-dia que se faz valer destes. Dessa maneira, o Instituto trabalha com vários atores e via diversas parcerias, fazendo incidência política, *advocacy*, construindo pontes entre setores como também fortalecendo e empoderando a sociedade civil para garantir o cumprimento de seus direitos. O Instituto acredita que política é um ato diário, e os representantes eleitos pela sociedade devem assegurar suas promessas políticas durante seus mandatos.

INSTITUTO CIDADES SUSTENTÁVEIS

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis

Em 31 de dezembro de 2023

(Em Reais)

O Instituto trabalha de maneira apartidária para melhorar a qualidade de vida das pessoas, provendo insumos, capacitação técnica e instrumentos para melhorar a transparência e governança urbana para a elaboração de políticas públicas que promovam o desenvolvimento urbano sustentável.

Via o reconhecimento dos direitos humanos como universal à autodeterminação dos povos e do homem, a democratização e a emancipação, do direito à existência e luta contra o racismo e todas as formas de discriminação racial e social, o Instituto atua de maneira transversal atuando para:

- Mobilizar, sensibilizar e comprometer a sociedade e os governos locais para o desenvolvimento justo e sustentável das cidades, fundamentado pelo combate às desigualdades, pela promoção dos direitos humanos, pela participação social, bem como pelo respeito ao meio ambiente e pela transparência;
- Estimular o comprometimento dos governos municipais e a participação da sociedade com a agenda de desenvolvimento sustentável, por meio da construção de programas e políticas públicas e do controle social de sua implementação;
- Estimular a gestão pública e as organizações da sociedade civil a coletar dados e a criar indicadores e ferramentas para municiar ações de mobilização e criação de programas e políticas públicas que promovam o desenvolvimento sustentável nas cidades e a relação entre as agendas local e global;
- Apoiar movimentos, iniciativas, projetos e programas que promovam o desenvolvimento sustentável, contemplando as dimensões política, econômica, social, ambiental e cultural nas cidades;
- Estimular e promover a implementação da agenda do desenvolvimento sustentável no município de São Paulo como referência para outras cidades;
- Promover a ética, a paz, a cidadania, os direitos humanos, a democracia e outros valores universais;
- Realizar estudos e pesquisas que digam respeito às atividades supramencionadas;
- Realizar e/ou apoiar diálogos, debates, palestras, conferências, seminários, feiras, congressos, encontros e eventos sobre desenvolvimento sustentável;
- Articular diferentes segmentos da sociedade - governos, empresas, sociedade civil e academia, visando dar consistência e incorporar outras perspectivas na construção da agenda do desenvolvimento sustentável;
- Integrar ações com outras entidades para potencializar ações conjuntas e evitar a replicação de esforços.

O Instituto cria instrumentos de “*accountability*” (prestação de contas) e transparência para salvaguardar a verdadeira democracia representativa.

O modelo de receita do ICS é composto por diferentes fontes de financiamento. Atualmente, os recursos provêm de fundações e empresas nacionais e internacionais. O Instituto não recebe recursos de governos locais, para garantir nossa autonomia e independência no monitoramento das agendas temáticas e produções de parecer técnico das gestões municipais. Vale ressaltar que o ICS possui financiadores de longa data que renovam anualmente seu apoio financeiro.

No ano de 2023 o projeto GEF, responsável pelo financiamento de metade do Instituto, foi concluído. O projeto possibilitou que o Instituto alcançasse outro patamar de produção de dados e conhecimento e não permitia retrocesso. Com a conclusão houve uma redução significativa da equipe de profissionais, mas a manutenção do Índice de Desenvolvimento Sustentável das Cidades do Brasil - que levanta anualmente 100 indicadores de todos os 5570 municípios- e da Plataforma do Programa Cidades Sustentáveis, que tornaram-se o coração da entidade, exigiu grande esforço de caixa, até que os novos projetos viessem suportá-los. Esse descompasso e a falta de governabilidade sobre os prazos de decisão de investidores, combinado com a necessidade da continuidade de produção de dados e conteúdos, provocou o déficit no ano de 2023. O projeto com a União Europeia, inicialmente previsto para o primeiro semestre, só veio a ser assinado no final do ano e o com o Ministério do Meio Ambiente/ Universidade de Brasília no final de dezembro. Já o projeto com a Caixa Econômica Federal foi postergado para 2024. Esses projetos juntamente com os que já estavam em andamento serão responsáveis pelo equilíbrio de caixa em 2024.

Instituto Clima e Sociedade

O projeto Mapa da Desigualdade - Especial Clima - Cidades Amazônicas, financiado pelo Instituto Clima e Sociedade, tem como objetivo central do projeto mostrar como as questões climáticas se relacionam com as desigualdades socioeconômicas nas cinco cidades que mais emitem carbono na Amazônia Legal. A proposta é demonstrar que é possível reduzir as emissões de GEE por meio de políticas públicas que também contribuam para melhorar a qualidade de vida das pessoas nesses municípios. Para identificar essas conexões, o trabalho será desenvolvido a partir da análise integrada dos indicadores do Índice de Desenvolvimento Sustentável das Cidades (IDSC-BR), de modo que os municípios também possam mensurar seus desafios para cumprir os objetivos da Agenda 2030. Ao final, um diagnóstico local e um relatório com recomendações de políticas públicas serão apresentados para gestores municipais em oficinas de capacitação.

Fundo Global para o Meio Ambiente (GEF - *Global Environment Facility*)

O projeto “A promoção de cidades sustentáveis no Brasil - planejamento urbano integrado e o investimento em tecnologias” inovadoras é uma iniciativa multilateral que envolve o Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (Pnuma), o Ministério de Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações (MCTIC), a prefeitura de Recife, o governo do Distrito Federal, o Programa Cidades Sustentáveis (PCS), o Centro de Gestão e Estudos Estratégicos (CGEE) e a Agência Recife para Inovação e Estratégia (Aries). O projeto começou em 2018 e encerrou suas atividades em 2023.

Financiado pelo Fundo Mundial para o Meio Ambiente (GEF, na sigla em inglês), o projeto foi desenvolvido no âmbito do programa GEF-6 e teve como objetivo central desenvolver um ambiente web chamado Plataforma do Conhecimento, no qual são disponibilizadas tecnologias, ferramentas e metodologias em planejamento urbano integrado para gestores públicos municipais, conteúdos técnicos e teóricos, além de notícias e informações sobre sustentabilidade urbana para o público geral.

A plataforma foi desenvolvida com base nas estruturas do atual sistema online do Programa Cidades Sustentáveis, de modo que possa incorporar os novos conteúdos e funcionalidades previstos. Dentre os recursos oferecidos, as prefeituras contam com sistemas para o monitoramento e análise de dados e indicadores, construção de metas e planejamento integrado de ações em diferentes áreas da administração municipal - como transportes, habitação, assistência social, saúde e educação, entre outras.

A nova plataforma abrange também o Observatório da Inovação, um conjunto de tecnologias desenvolvidas para diferentes tipologias de cidades, a fim de apoiar gestores municipais na produção de diagnósticos e identificação de soluções em planejamento urbano. O observatório será desenvolvido pelo CGEE, organização social ligada ao MCTIC que produz estudos e pesquisas prospectivas, avaliações de estratégias em políticas públicas e outras atividades nas áreas de educação, ciência, tecnologia e inovação.

União Europeia

Em 2023, o Instituto Cidades Sustentáveis foi selecionado em edital da União Europeia como uma das instituições que implementarão o Programa de fortalecimento da sociedade civil e dos governos locais para a implementação dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS).

Com duração prevista de três anos, a ação tem os objetivos de fortalecer a sociedade civil e melhorar o ambiente de atuação por meio do desenvolvimento das capacidades e a formalização do compromisso dos governos locais para a implementação dos ODS e de instrumentos de controle social, cooperação, enfrentamento das desigualdades socioeconômicas e promoção do desenvolvimento sustentável.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2023
(Em Reais)

O público-alvo inclui, além de organizações da sociedade civil, coletivos de comunicadores de periferias, autoridades locais, gestores municipais e sociedade civil em geral. Como resultado, espera-se aumentar os conhecimentos, as capacidades e a colaboração entre gestores e autoridades públicas subnacionais, organizações da sociedade civil e suas redes, coletivos de jovens comunicadores e opinião pública sobre a Agenda 2030.

Com a formalização e oficialização do projeto em 2023, os trabalhos começam em 2024 e se estendem até 2026, com entregas previstas em diferentes fases.

2. Apresentação das demonstrações contábeis

As demonstrações contábeis foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às pequenas e médias empresas e às entidades sem fins lucrativos, dispostas na NBC TG 1000 (R1) - Contabilidade para Pequenas e Médias Empresas, aprovada pelas resoluções do CFC nº 1.255/09 e nº 1.285/10 e nº 1.319/10 e na ITG 2002 (R1) - Entidades Sem Finalidade de Lucro, aprovada pela resolução do CFC nº 1.409/12.

Resumo das principais práticas contábeis

As principais práticas contábeis adotadas para a elaboração dessas demonstrações contábeis são as seguintes:

Moeda funcional e de apresentação

As demonstrações contábeis são apresentadas em Reais, moeda funcional e de apresentação.

Os ativos e passivos monetários em moedas estrangeiras foram convertidos para reais pela taxa de câmbio da data de fechamento do balanço e as diferenças decorrentes de conversão de moeda foram reconhecidas no resultado.

(a) Ativos financeiros e passivos financeiros

A Entidade possui instrumentos financeiros não-derivativos como caixa e equivalentes de caixa e contas a pagar.

A Entidade não efetuou transações envolvendo instrumentos financeiros para fins de reduzir seu grau de exposição a riscos de mercado, de moeda e taxas de juros. Não foram desenvolvidas transações envolvendo instrumentos financeiros com o objetivo de especulação.

Os ativos financeiros são classificados ao valor justo por meio do superávit e déficit quando são mantidos para negociação ou designados ao valor justo por meio do superávit e déficit quando adquiridos.

(b) Estimativas contábeis

Na elaboração das demonstrações contábeis, é necessário utilizar estimativas para contabilizar certos ativos, passivos e outras transações. Portanto, as demonstrações contábeis incluem várias estimativas; entre elas, aquelas referentes às avaliações de ativos financeiros pelos seus valores justos, assim como análise dos demais riscos na determinação das demais provisões necessárias para passivos contingentes e outras similares. Por serem estimativas, é possível que os resultados reais possam apresentar variações.

(c) Caixa e equivalentes de caixa

São avaliadas pelo custo, acrescidas dos rendimentos auferidos até a data do balanço, quando aplicável. Compreendem dinheiro em caixa, depósitos bancários e aplicações financeiras de liquidez imediata, com baixo risco de liquidez, cujas taxas são factíveis em relação às de mercado.

(d) Imobilizado

Os itens do imobilizado estão demonstrados pelo seu custo de aquisição, formação ou construção, deduzidos da depreciação e eventuais perdas por ajuste ao valor de realização. O custo histórico inclui os gastos diretamente atribuíveis à aquisição dos itens e os custos de financiamento relacionados com a aquisição de ativos qualificados. Estão sendo depreciados de acordo com as taxas mencionadas na nota explicativa nº 5.

A Entidade optou por não avaliar o seu ativo imobilizado pelo valor justo como custo atribuído considerando que o método de custo, deduzido de provisão para perdas, é o melhor método para avaliar os ativos imobilizados da entidade.

(e) Intangível

O intangível representa custo de marca adquirida junto a terceiros e direitos de uso de software, amortizados com base em vida útil estimada.

(f) Passivos circulantes

São demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias incorridas, previstas contratual ou legalmente até a data dos balanços.

INSTITUTO CIDADES SUSTENTÁVEIS

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis Em 31 de dezembro de 2023 (Em Reais)

(g) Imposto de Renda e Contribuição Social

A Entidade goza de isenção de tributação pelo imposto de renda e contribuição social sobre o resultado por se tratar de uma entidade sem fins lucrativos.

(h) Receita

Os valores recebidos para aplicação em projetos específicos são apropriados mensalmente de acordo com a previsão dos gastos do projeto e revisado a cada fechamento de exercício para apropriação correta das receitas e gastos.

(i) Despesas

Registradas quando incorridas, de acordo com o princípio de competência dos exercícios.

3. Caixa e equivalentes de caixa

	2023	2022
Caixa	3.793	4.788
Bancos conta movimento	718	2
Aplicações financeiras (a)	2.809.215	5.227.494
	2.813.726	5.232.284

(a) A instituição mantém os seus recursos de aplicações financeiras em instituição bancária reconhecida pela tradição e solidez no mercado ("Banco Bradesco"). A carteira tem um viés conservador, sendo composta por cerca de 100% (cem por cento) do total de aplicações em títulos de "CDB - Certificados de Depósito Bancário".

4. Imobilizado

	Taxa anual Depreciação (%)	2023			2022
		Custos	Depreciação	Residual	Residual
Móveis e utensílios	10	126.681	(64.764)	61.917	74.098
Instalações	10	35.006	(18.193)	16.813	20.314
Computadores e periféricos	20	154.008	(130.914)	23.094	37.660
		315.695	(213.871)	101.824	132.072

Movimentação do imobilizado - Custo

	2022	Adições	Baixas	Depreciação	2023
Móveis e utensílios	74.098			(12.181)	61.917
Instalações	20.314	-	-	(3.501)	16.813
Computadores e periféricos	37.660	1.309	(2.410)	(13.466)	23.094
	132.072	1.309	(2.410)	(29.147)	101.824

INSTITUTO CIDADES SUSTENTÁVEIS

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis Em 31 de dezembro de 2023 (Em Reais)

5. Intangível

	Taxa anual Depreciação (%)	2023			2022
		Custos	Amortização	Residual	Residual
Marcas e patentes	10	65.702	(51.886)	13.817	12.604
Software	20	16.808	(14.591)	2.217	3.901
		82.510	(66.477)	16.034	16.505

Movimentação do intangível - Custo

	2022	Adições	Baixas	Depreciação	2023
Marcas e patentes	12.604	5.090		(3.877)	13.817
Software	3.901			(1.684)	2.218
	16.505	5.090	-	(5.560)	16.034

6. Obrigações sociais

	2023	2022
INSS a recolher	18.885	11.958
INSS a recolher terceiros	443	-
INSS s/ férias a recolher	18.047	16.966
FGTS s/ férias a recolher	5.662	5.323
	43.037	34.247

7. Obrigações tributárias

	2023	2022
IRRF a recolher	16.596	14.458
PIS a recolher	773	563
ISS a recolher	71	-
Contribuição Social s/ Receita	1.105	2.073
Outros impostos retidos a recolher	4.913	7.048
PIS s/ férias a recolher	708	665
	24.166	24.807

8. Adiantamento de projetos

	2023	2022
Open Society Foundation	1.882.818	1.882.818
Global Environment Facility - GEF	-	632.082
União Europeia	1.017.162	-
	2.899.980	2.514.900

9. Patrimônio social

Composto pelos superávits e déficits obtidos ao longo do período de existência do Instituto.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2023
(Em Reais)

10. Trabalho voluntário

Conforme Resolução do CFC n° 1.409/12 que aprovou a ITG 2002 (R1) item 11, a Entidade reconhece pelo valor justo a prestação do serviço não remunerado do voluntariado, que é composto essencialmente por pessoas que dedicam o seu tempo e talento com uma importante participação em várias ações realizadas pela Entidade.

O montante desse serviço em 2023 corresponde a R\$ 7.748. O valor ora realizado está registrado em contas de resultado específicas.



Jorge Luiz Numa Abrahão
CPF: 032.643.158-66
CRC 1 SP 144709/O-3 Contadora



Fernanda Natalino
CPF: 032.643.158-66